

**A MOBILIDADE ESTUDANTIL NO MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR:
UM ESTUDO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO PARA ESTUDANTES
RESIDENTES EM MUNICÍPIOS VIZINHOS AO CAMPUS DA UFPR- SETOR LITORAL**

**STUDENT MOBILITY IN THE MUNICIPALITY OF MATINHOS/PR:
A STUDY OF UNIVERSITY TRANSPORTATION FOR STUDENTS LIVING IN
MUNICIPALITIES NEIGHBORING THE CAMPUS OF UFPR- SETOR LITORAL**

Mariana Bettega Braunert¹
Clovis Wanzinack²
Laís Pereira Kraus³

RESUMO

O estudo se concentra na análise dos resultados de uma pesquisa realizada junto aos estudantes matriculados no curso de Administração Pública oferecido no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, localizado no município de Matinhos. Esse campus universitário desempenha um papel crucial ao servir como instituição de ensino superior para toda a população do litoral paranaense. O cerne da investigação é voltado à avaliação da acessibilidade dos estudantes a esse campus e à compreensão da importância do transporte universitário em sua trajetória acadêmica e permanência no ensino superior. Para atingir esse objetivo, foi empregado um questionário entre os alunos devidamente matriculados. Desse contingente, 61 alunos responderam ao questionário, o que corresponde a uma taxa de resposta de 79,22%. Os resultados obtidos na pesquisa traçam um panorama em que aproximadamente metade dos estudantes reside fora do município de Matinhos. Esses estudantes frequentemente enfrentam o desafio de conciliar suas atividades acadêmicas com o compromisso de trabalho, uma realidade que se traduz em uma contribuição importante para o rendimento de suas famílias. No entanto, esse equilíbrio delicado é muitas vezes afetado pelas dificuldades financeiras enfrentadas no tocante aos custos associados ao transporte até o campus universitário. Assim, os resultados da pesquisa sugerem que, embora a provisão de transporte gratuito não seja uma obrigação imposta nem à instituição de ensino nem aos municípios, desempenha um papel essencial na promoção do acesso dos estudantes à universidade. Além disso, essa oferta de transporte gratuito também surge como um elemento de extrema relevância na prevenção da evasão escolar, visto que contribui diretamente para a manutenção da continuidade dos estudos desses alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Transporte universitário; Ensino superior; UFPR-Litoral

ABSTRACT

The study focuses on analyzing the results of a research conducted with students enrolled in the Public Administration program offered at the Coastal Sector of the Federal University of Paraná, located in the city of Matinhos. This university campus plays a crucial role as a higher education institution for the entire population of the coastal region of Paraná. The core of the investigation is centered on assessing students' accessibility to this campus and understanding the significance of university transportation in their academic journey and retention in higher education. To achieve this objective, a questionnaire was administered to properly enrolled students. Out of this group, 61 students responded to the questionnaire, representing a response rate of 79.22%. The research results paint a picture where approximately half of the students reside outside the city of Matinhos. These students often grapple with the challenge of balancing their academic activities with work commitments, which significantly contributes to their families' income. However, this delicate balance is frequently disrupted by financial difficulties related to transportation costs to the university campus. As a result, the research findings suggest that while the provision of free transportation is not a mandatory obligation imposed on either the educational institution or the municipalities, it plays an essential role in promoting students' access to the university. Furthermore, this provision of free transportation emerges as an extremely relevant factor in preventing school dropout, as it directly contributes to maintaining the continuity of these students' studies.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (título obtido em 2018) e professora do Departamento de Sociologia (DECISO) da mesma Universidade.

² Doutor em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. Vice-coordenador do curso de graduação em Administração Pública da Universidade Federal do Paraná.

³ Estudante do Curso de Administração Pública- UFPR.

KEYWORDS: University Transportation; Higher Education; UFPR-Litoral

1. INTRODUÇÃO

A educação, um direito constitucionalmente assegurado, conjuntamente com outros direitos coletivos fundamentais, como saúde, moradia e segurança, desempenha um papel vital no desenvolvimento da sociedade. É por meio da educação que ocorre a criação, a expansão de ideias, o desenvolvimento científico e a implementação de inovações que beneficiam a civilização como um todo. Portanto, a educação, enquanto direito social, representa um alicerce incontornável da sociedade.

A garantia de acesso universal e gratuito ao ensino fundamental, médio e superior é um imperativo que recai sobre o poder público. No que tange ao ensino superior, a ênfase vai além do acesso e estende-se à necessidade premente de manter os estudantes dentro da universidade. Isso está intrinsecamente relacionado a uma série de fatores, incluindo a situação financeira dos estudantes e o acesso às condições básicas, como moradia, alimentação e, de forma particular, o transporte, que viabilizam que os estudantes, especialmente aqueles de baixa renda, permaneçam no ambiente acadêmico.

Segundo Morais et al. (2023), a educação é um dever do Estado, da família e da sociedade, sendo um direito universal com o propósito de promover o pleno desenvolvimento do indivíduo, prepará-lo para o exercício da cidadania e capacitá-lo para o mercado de trabalho. Nesse contexto, o transporte escolar surge como um instrumento crucial para viabilizar o acesso de numerosos alunos à educação, abrangendo todos os níveis de ensino, inclusive o ensino superior presencial.

Pesquisas realizadas por esses autores evidenciam que, muitas vezes, o transporte escolar gratuito disponibilizado pelas autoridades públicas representa a única via de acesso para estudantes de baixa renda. Além de facilitar o acesso à instituição de ensino, ele gera oportunidades de emprego, melhora a qualidade de vida e contribui para o desenvolvimento social, com numerosos impactos benéficos na própria comunidade de origem dos estudantes (Morais et al., 2023).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e outras legislações que regulamentam o sistema educacional no Brasil estabelecem o transporte escolar como um direito dos alunos da educação básica e fundamental, porém a mesma atenção não é dada aos estudantes do ensino superior (Oliveira, 2019). Em âmbito federal, cabe fazer menção ao decreto nº 7.234/2010, que

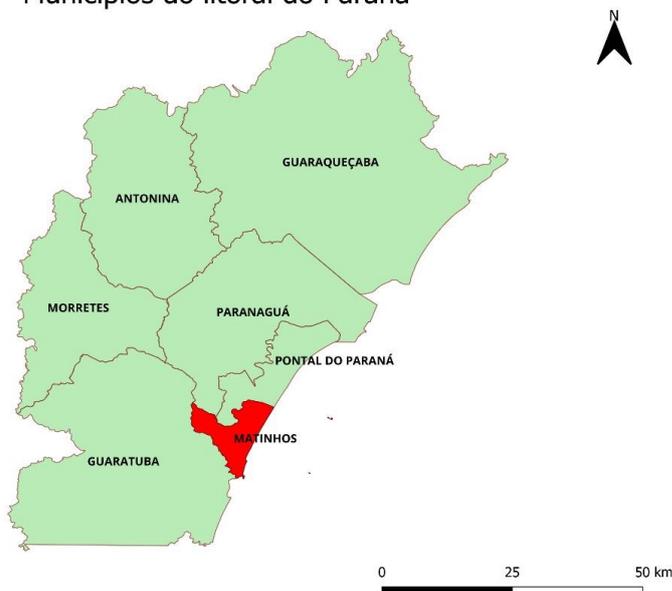
dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, cujos objetivos são democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e reduzir as taxas de evasão, entre outros. Embora o artigo 3º do referido decreto mencione o transporte como uma das principais áreas de desenvolvimento da referida política, assim como moradia estudantil e alimentação, ele não é, na prática, assegurado como um direito dos estudantes, que, muitas vezes, se veem obrigados a interromper seus estudos devido à impossibilidade de arcar com os custos do transporte.

Nesse cenário, reconhecer a importância e a qualidade do transporte, bem como garantir o acesso dos alunos, representam elementos fundamentais das políticas públicas educacionais, pois desempenham um papel crucial na redução da evasão escolar e na garantia de que todos os estudantes tenham igualdade e equidade no acesso à educação (Gonçalves e Wanzinack, 2021).

Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo primordial analisar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral no que tange ao transporte universitário e, adicionalmente, propor soluções viáveis. O campus da UFPR Litoral, localizado em Matinhos, atende a sete municípios do litoral do Paraná, abrangendo Paranaguá, Antonina, Morretes, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba, Matinhos e Guaratuba. Matinhos, onde está situado o campus, encontra-se a 120 km de Curitiba, capital paranaense.

Figura 01: Mapa dos municípios do litoral do Paraná.

Municípios do litoral do Paraná



Fonte: Elaborado no software QGIS, adaptado pelos autores (2023).

Esse campus desempenha um papel de importância singular, pois é a única Universidade Federal na região litorânea do estado paranaense. Com base nos dados do censo do IBGE de 2010, a população total desses sete municípios é de aproximadamente 200 mil habitantes, com destaque para Paranaguá, que possui 149.469 residentes (IBGE, 2010). Vale ressaltar que nessa região encontra-se o Porto de Paranaguá, que ostenta o título de maior porto agroexportador do Brasil, com ênfase na exportação de soja (Machado, 2012).

A criação do campus representou uma iniciativa conjunta das esferas governamentais, estaduais e municipais, com a UFPR, objetivando oferecer oportunidades de educação superior aos estudantes das áreas mais remotas (Pereira, 2012). A abordagem nas políticas públicas de desenvolvimento, conforme indicado nos documentos de implantação, revela que o Setor Litoral concentra seus esforços no Desenvolvimento Territorial Sustentável. Isso pressupõe que o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior contêm elementos incluídos para a efetivação do desenvolvimento almejado na comunidade, notadamente nos municípios com indicadores mais modestos de desenvolvimento humano, alfabetização e saúde (Horochovski et al., 2012).

Como resultado, a presença do campus da UFPR no litoral paranaense ao longo dos anos tem desempenhado um papel crucial na construção do conhecimento, no fomento da cultura local e no progresso da região. Isso se reflete em seu projeto pedagógico, que inclui cursos voltados para o desenvolvimento local, fortalecendo áreas como, educação, saúde, esporte, empreendedorismo, cultura, turismo, e administração pública.

Contudo, o campus enfrenta uma taxa crescente de evasão. Até o presente momento, os registros internos da UFPR - Litoral indicam que, dos 1.325 estudantes matriculados em 14 cursos, 80 alunos abandonaram seus estudos somente no ano de 2023. A principal justificativa fornecida aos estudantes quando questionados sobre as razões da evasão é a dificuldade financeira. O litoral do Paraná caracteriza-se por ser uma comunidade economicamente carente, o que reforça a hipótese de que a falta de transporte exerce uma influência significativa nos índices de evasão.

Com base nessas considerações, a presente pesquisa visa investigar a importância do transporte universitário para a permanência dos alunos na educação superior na UFPR - Setor Litoral, bem como a previsão de implementação e garantir esse serviço público com base na legislação vigente nos litorâneos do Paraná. Para atingir esses objetivos, serão apresentados dados quantitativos e qualitativos provenientes de questionários aplicados aos estudantes do curso de Administração Pública, além da análise de um referencial teórico pertinente.

2. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, o objetivo principal foi analisar as dificuldades de transporte enfrentadas pelos estudantes matriculados no curso de Bacharelado em Administração Pública no Setor Litoral da Universidade Federal de Paraná. Para alcançar esse objetivo, uma abordagem mista foi implementada, combinando métodos quantitativos e qualitativos. A coleta de dados ocorreu em março de 2023, utilizando a plataforma *Google Forms*.

Para a coleta de informações relevantes, um questionário com 17 questões específicas foi desenvolvido. Este questionário foi cuidadosamente elaborado para mapear as diferentes formas de acesso dos estudantes ao campus da universidade, abordando temas como o meio de transporte utilizado, o tempo médio de deslocamento, os custos associados ao transporte e, principalmente, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

A amostra de participantes incluiu estudantes matriculados no curso de Bacharelado em Administração Pública no Setor Litoral da UFPR. Na análise dos dados coletados, duas abordagens distintas foram utilizadas:

A Análise Quantitativa foi empregada o software JAMOVI para realizar análises estatísticas descritivas e análise qualitativa que envolveu a categorização e interpretação das respostas fornecidas pelos participantes às questões abertas do questionário. O software NVIVO foi utilizado para facilitar a identificação de temas e padrões emergentes nas respostas qualitativas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O curso de bacharelado em Administração Pública da UFPR-Setor Litoral tem duração de quatro anos e é oferecido no período noturno. Em março de 2023, foi aplicado um questionário a estudantes de todas as turmas do curso, com o objetivo de mapear o perfil dos alunos e identificar as principais dificuldades enfrentadas.

A amostra da pesquisa foi composta por 61 estudantes, o que representa 79,22% do total de matrículas ativas no curso. Os questionários foram aplicados por meio da plataforma *Google Forms* e abordaram temas como gênero, renda familiar, local de moradia, meio de transporte utilizado para chegar à universidade, tempo de deslocamento e dificuldades enfrentadas.

Tabela 01: Municípios de residência por gênero.

Município	Gênero	Contagens	% do Total	% acumulada
Paranaguá	Masculino	9	14.8 %	14.8 %
	Feminino	10	16.4 %	31.1 %
Matinhos	Masculino	14	23.0 %	54.1 %
	Feminino	18	29.5 %	83.6 %
Guaratuba	Masculino	0	0.0 %	83.6 %
	Feminino	3	4.9 %	88.5 %
Antonina	Masculino	0	0.0 %	88.5 %
	Feminino	1	1.6 %	90.2 %
Pontal do Paraná	Masculino	2	3.3 %	93.4 %
	Feminino	2	3.3 %	96.7 %
Morretes	Masculino	1	1.6 %	98.4 %
	Feminino	1	1.6 %	100.0 %

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os resultados da pesquisa revelaram que o perfil dos estudantes do curso de Administração Pública da UFPR-Setor Litoral é formado por 57,38% do gênero feminino e 42,62% são do gênero masculino. Vale destacar o crescente interesse das mulheres pelo curso de Administração Pública ao longo dos anos, bem como o aumento da representatividade feminina nas universidades federais, um tema que tem sido objeto de pesquisas em diversas regiões do Brasil. Esses estudos apontam consistentemente para uma maior persistência e conclusão dos cursos pelas mulheres no ensino superior (Wanzinack e Archanjo, 2021).

Entre as respostas, dos estudantes (47,50%) não residem no município onde está instalada a universidade e precisam se deslocar diariamente para a aula. Além disso, alguns alunos que residem no próprio município também enfrentam dificuldades com o transporte público, como demora e lotação.

Esses resultados reafirmam a importância do apoio de órgãos institucionais voltados à mobilidade estudantil no ensino superior. Segundo Morais et al. (2023) a Constituição Federal do Brasil dispõe matéria reafirmando que a educação é direito de todos e que para tanto o transporte escolar deve estar vinculado a esse direito. Tanto o direito ao transporte quanto o direito à educação estão previstos no artigo 6º da Constituição, junto a outros direitos sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Nesse sentido é importante enfatizar a importância da efetivação desses direitos não somente aos alunos de educação básica, mas também de nível superior, uma vez que a formação acadêmica traz resultados benéficos para todas as esferas da sociedade.

Na Tabela 02, foi realizada uma análise da clareza entre a situação de emprego do estudante, a contribuição financeira deste para as despesas domésticas e o custo associado ao transporte para colocação até a universidade.

Tabela 02: Se o estudante trabalha, se auxilia na renda familiar e o custo com transporte.

Trabalho	Gênero	Contagens	% do Total	% acumulada
Sim	Masculino	24	39.3 %	39.3 %
	Feminino	28	45.9 %	85.2 %
Não	Masculino	2	3.3 %	88.5 %
	Feminino	7	11.5 %	100.0 %
Auxilia na renda familiar	Gênero	Contagens	% do Total	% acumulada
Sim	Masculino	12	19.7 %	19.7 %
	Feminino	22	36.1 %	55.7 %
Não	Masculino	14	23.0 %	78.7 %
	Feminino	13	21.3 %	100.0 %
Custo com transporte por mês	Gênero	Contagens	% do Total	% acumulada
Não tenho custo	Masculino	11	18.0 %	18.0 %
	Feminino	13	21.3 %	39.3 %
De R\$001 a R\$ 200	Masculino	5	8.2 %	47.5 %
	Feminino	7	11.5 %	59.0 %
De R\$201 a R\$300	Masculino	3	4.9 %	63.9 %
	Feminino	7	11.5 %	75.4 %
De R\$301 a R\$400	Masculino	2	3.3 %	78,7 %
	Feminino	1	1.6 %	80.3 %
De R\$401 a R\$500	Masculino	1	1.6 %	81.9 %
	Feminino	1	1.6 %	83.5 %
Mais de R\$501	Masculino	4	6.6 %	90.1 %
	Feminino	6	9.9 %	100.0 %

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A tabela 02 mostra uma disparidade entre gêneros em termos de emprego, contribuição para a renda familiar e custos de transporte. Os estudantes do gênero feminino têm uma participação significativamente maior em empregos e na contribuição para as despesas

familiares, e também tendem a arcar com custos de transporte mais elevados em comparação com os estudantes do gênero masculino.

Esta análise fornece uma visão abrangente das dinâmicas de contribuição financeira dos estudantes, com base em seus gêneros. Os dados revelam que uma parcela específica dos estudantes do gênero feminino (62,86%) está envolvida na contribuição para as despesas domésticas. Isso sugere que as estudantes do gênero feminino desempenham um papel significativo na manutenção financeira de suas famílias, contribuindo para despesas essenciais, como moradia, alimentação e outras necessidades.

Por outro lado, embora uma proporção menor, ainda específica, dos estudantes do gênero masculino (46,15%) também auxilia nas despesas de casa, essa diferença destaca a diferença nas dinâmicas de contribuição financeira entre os gêneros.

Esses resultados podem ter implicações significativas em termos de equidade de gênero e autonomia financeira. Eles demonstram que as estudantes do gênero feminino estão desempenhando um papel vital na sustentação de suas famílias, o que pode indicar uma maior independência financeira e a quebra de estereótipos de gênero tradicionais relacionadas ao sustento familiar. Esses dados são essenciais para entender as dinâmicas socioeconômicas complexas entre estudantes do gênero masculino e feminino e podem ser valiosos para desenvolver políticas e programas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento econômico dos estudantes.

A pesquisa também revela que, 21,31% dos entrevistados confirmaram ser pais ou mães. Essa estatística destaca a realidade de muitos estudantes que enfrentam o desafio de equilibrar suas responsabilidades acadêmicas com as obrigações parentais. Isso ressalta a necessidade de apoio e recursos para garantir que esses alunos possam alcançar seu potencial acadêmico, ao mesmo tempo em que desempenham um papel ativo em suas famílias.

Uma questão importante que surge a partir desses dados é: com quem os filhos dos estudantes ficam durante as aulas? A pesquisa revelou várias respostas a essa pergunta:

Nesse sentido, um dado significativo que chama atenção é que 57,14% dos entrevistados indicaram que suas crianças ficam com as mães durante o período de aula. Esse resultado não apenas destaca o papel central das mães na criação dos filhos, mas também suscita reflexões sobre a dinâmica de gênero nas escolhas educacionais e familiares.

A presença das mães como principal figura de apoio às crianças durante as aulas é um reflexo da tradição cultural que muitas vezes coloca a mulher no papel de cuidadora principal. Muitas vezes, isso se traduz em mulheres que deixam de estudar ou reduzir suas aspirações

acadêmicas para priorizar a educação e o bem-estar dos filhos, abrindo espaço para o avanço educacional do marido.

Tabela 03: Possibilidade de evasão devido à falta de transporte gratuito.

Possibilidade de Evasão	Gênero	Contagens	% do Total	% acumulada
Sim	Masculino	10	16.4 %	16.4 %
	Feminino	17	27.9 %	44.3 %
Não	Masculino	16	26.2 %	70.5 %
	Feminino	18	29.5 %	100.0 %

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A tabela 03 sugere que a possibilidade de evasão de estudantes devido à falta de transporte gratuito é uma preocupação maior entre as estudantes do sexo feminino (27.9%) em comparação com os estudantes do sexo masculino (16.4%). Isso pode indicar que as estudantes femininas estão mais propensas a enfrentar dificuldades relacionadas ao transporte gratuito em relação aos seus colegas masculinos.

De acordo com Quintino e Andreola (2020, p. 87), “refletir sobre a evasão implica um olhar abrangente, que vislumbre diversas nuances, sejam elas sociais, financeiras ou particularidades institucionais, de curso, de uma população universitária, de uma minoria social ou de uma região”.

Em pesquisa realizada com estudantes da Universidade do Estado de Mato Grosso, os autores identificaram que, na visão dos estudantes evadidos, 44% apontaram como principal fator as dificuldades de transporte para chegar à instituição (Quintino e Andreola, 2020). Percentuais menores apontaram outros aspectos como dificuldade em conciliar tempo de estudo e emprego (37%), dificuldade financeiras (33%), problemas de saúde pessoal ou familiar (17%) e dificuldades de acesso aos programas de assistência estudantil (13%).

Feitosa (2016), em estudo feito com estudantes de graduação do Campus de Laranjeiras, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), verificou que entre os fatores externos à Instituição que mais influenciaram a evasão do curso, o principal deles é a dificuldade de transporte ao campus. Os dados apresentados pela autora chamam bastante atenção sobre a importância do transporte para a permanência de estudantes na universidade:

No fator “Localização do campus x moradia/ transporte”, quase 51% informaram que esse item teve importância fundamental em sua saída, 20% afirmaram que teve muita importância e 10% analisaram como importante, ou seja, 81% deram importância significativa a este item na decisão de sair/desistir do curso de graduação no Campus de Laranjeiras. (Feitosa, 2016, p. 50)

também como uma medida crucial de segurança. A falta de acesso a esse serviço pode forçar os estudantes a encontrar alternativas menos seguras e mais dispendiosas, como caronas pagas ou até mesmo a pé. A menção da necessidade de planejamento das rotas de transporte para incluir mais estudantes, é um ponto fundamental. Garantir que o transporte gratuito seja abrangente e acessível a todos é essencial para reduzir as barreiras à educação superior.

Custos de transporte: Os custos associados ao transporte são uma carga financeira significativa para muitos estudantes. Alguns mencionaram gastos com gasolina, caronas pagas e até mesmo a possibilidade de perder aulas devido à falta de opções de locomoção acessíveis. Essas despesas podem ser um obstáculo para estudantes de baixa renda, tornando a obtenção de um diploma universitário ainda mais desafiadora. O transporte universitário gratuito não apenas reduz esses custos, mas também alivia o estresse financeiro dos estudantes e os ajuda a manter o foco em seus estudos.

Disponibilidade de transporte: A sugestão de que a disponibilidade de transporte gratuito seja ampliada é um ponto importante. Além disso, a menção de que a capacidade de transporte pode ser insuficiente no início do semestre destaca a necessidade de planejamento e gestão eficiente para atender às necessidades flutuantes dos estudantes. Isso também destaca a importância de as instituições considerarem o acesso ao transporte como parte fundamental de seu compromisso com a permanência dos estudantes.

Acesso a eventos e bibliotecas: Um dos entrevistados destacou que o transporte gratuito não é apenas uma questão de chegar às aulas, mas também de acessar eventos importantes em cidades vizinhas e bibliotecas de qualidade. Isso ressalta como o transporte não é apenas um meio de deslocamento, mas uma ferramenta que pode enriquecer a experiência acadêmica, ampliando as oportunidades de aprendizado e participação em atividades extracurriculares.

Em resumo, as preocupações dos entrevistados não se limitam à simples locomoção, mas têm um impacto profundo em sua segurança, bem-estar financeiro e acesso a oportunidades acadêmicas e culturais. O transporte universitário gratuito não é apenas uma comodidade, mas uma medida essencial para apoiar a permanência e o sucesso dos estudantes no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe inicialmente analisar o que diz a legislação brasileira acerca da obrigatoriedade de fornecimento de transporte a estudantes da rede pública de ensino superior. Fazendo uma análise sistemática detalhada da Constituição Federal do Brasil e da Lei Orgânica dos municípios envolvidos é possível perceber que apesar dos esforços voltados ao acesso e permanência na universidade, pouco se discute em torno de legislação específica que trate do tema.

Constatou-se que apesar de alguns dispositivos legais mencionarem a importância do desenvolvimento de políticas voltadas ao transporte estudantil, ele não é, na prática, assegurado como um direito dos estudantes. No entanto, no âmbito federal tramita no Congresso Nacional o projeto de Lei 4031/2020, que dispõe sobre a autonomia dos municípios para ofertar transporte gratuito ao ensino superior, desde que cumpridas suas obrigações com o ensino básico, não dependendo de recursos extraordinários do Governo Federal. A matéria exposta no portal da Câmara Legislativa explica ainda que, atualmente, o executivo municipal, em conjunto a secretária de educação, pode oferecer o transporte, desde que este receba verba exclusiva advinda da União (NOBRE, 2023).

Em análise das Leis Orgânicas dos setes municípios que compõem o litoral paranaense, identificou-se que 6 dos 7 municípios não têm previsão legal ou matéria que trate sobre o assunto, com exceção de Pontal do Paraná, que dispõe de legislação própria.

Documentos disponibilizados pelo portal de Leis Municipais, demonstram que somente Pontal do Paraná, por meio da Lei Ordinária nº 1914/2019 e suas alterações, autoriza a concessão de auxílio transporte aos estudantes de curso superior e curso técnico. Ainda segundo a matéria da presente lei, o objetivo é auxiliar estudantes que estudam nos municípios vizinhos a garantir a permanência e melhoramento do empenho acadêmico.

Ressalta-se que atualmente existe no litoral paranaense, transporte disponível até o campus da UFPR para atender a demanda dos estudantes nos seguintes municípios: Pontal do Paraná, Paranaguá, Antonina e Morretes. No entanto, não se trata de um serviço fornecido oficialmente pela universidade, mas sim pelas prefeituras e de forma espontânea, já que elas não têm essa obrigação legal. Além disso, dos quatro municípios citados, três não fornecem transporte suficiente para atender a demanda de seus municípios: Paranaguá, Antonina e Morretes.

O município de Paranaguá possui somente um micro-ônibus para atender os estudantes, deixando grande parte destes sem o direito ao transporte. Já Antonina e Morretes oferecem pela

prefeitura uma van para cada um e que também não atende a demanda total dos universitários que necessitam de deslocamento até o município de Matinhos.

Segundo Oliveira (2019), mesmo o transporte escolar não sendo obrigatoriedade do município quando se trata de ensino superior, alguns deles o fazem, mas sem que haja qualquer obrigação por parte do gestor municipal nesse sentido.

Vimos que a educação é um importante direito social, e que a permanência no ensino superior depende de vários elementos, entre os quais pode-se mencionar o acesso à universidade. Nesse sentido, a garantia ao transporte gratuito é fundamental para evitar a evasão dos estudantes.

Diante disso, pesquisa realizada com estudantes da UFPR - Setor Litoral demonstrou a importância do apoio contínuo aos estudantes para garantir sua permanência no ensino superior, sobretudo tratando-se da mobilidade universitária, pois quase metade dos estudantes (44,3%) afirmaram que o não fornecimento do transporte gratuito pode acometer a evasão no curso. Esse dado corrobora diversas outras pesquisas que apontam a dificuldade de locomoção como um fator que afeta diretamente a permanência no ensino superior.

No caso dos estudantes do curso de administração pública da UFPR - Litoral, praticamente metade deles reside fora de Matinhos, onde está localizado o campus, em outros municípios do litoral paranaense. A grande maioria dos alunos trabalha e colabora total ou parcialmente com o sustento da família, tendo muitas vezes dificuldade de arcar com os custos do transporte até a universidade, o que pode acabar por inviabilizar a continuidade dos estudos.

Nesse sentido os dados apresentados na presente pesquisa apontam para a importância da atenção que deve ser direcionada aos campus que atendem a diversos municípios, como no caso da UFPR - Litoral. Embora o fornecimento de transporte gratuito não seja uma obrigação da instituição nem dos municípios, na prática mostra-se como um elemento fundamental para assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição**: República Federativa Do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FEITOSA, Jamille Muniz. **Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico para o campus de Laranjeiras**. 2016. Dissertação (Mestrado em administração pública) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

GONÇALVES, Débora Ribeiro; WANZINACK, Clóvis. A Importância do Transporte Escolar na Educação: Um Estudo de Caso sobre Transporte Escolar no Município de Guaratuba–Paraná. **Gestus-Caderno de Administração e Gestão Pública**, v. 3, p. 40-49, 2021.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi et al. Bacharelado em Gestão Pública da UFPR: Uma contribuição ao desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná. **Temas de Administração Pública**, v. 3, n. 6, p. 1-22, 2012.

IBGE, 2010. IBGE. Sidra: **Banco de Tabelas Estatísticas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: outubro de 2023.

MACHADO, Edson Moraes. A formação e a trajetória do maior porto agroexportador do Brasil–Paranaguá. **Revista de Ciências Humanas**, v. 46, n. 1, p. 233-252, 2012.

MORAIS, Cleomar Chaves Pereira de et al. A percepção do gestor municipal sobre a importância do transporte escolar na formação profissional do discente de ensino superior. **Científic@ Multidisciplinary Journal**, v.10 n.1, p. 1-12, 2023.

NOBRE, N. Projeto permite que municípios ofereçam transporte gratuito para estudantes de ensino superior - Notícias. (n.d.). **Portal Da Câmara Dos Deputados**. Retrieved May 28, 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/681608-projeto-permite-que-municipios-oferecam-transporte-gratuito-para-estudante-de-ensino-superior/>>.

OLIVEIRA, Davi Vieira de. **A falta de regulamentação do direito ao transporte escolar para alunos do ensino superior**: o direito à educação como norma de caráter programático. 2019. Monografia (bacharelado em Direito) - Faculdade Doctum de Caratinga, Caratinga.

PEREIRA, Caroline Arantes. **Processo de formação de professores universitários engajados no currículo por Projetos da Proposta Integral de Educação Emancipatória da UFPR Litoral**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PONTAL DO PARANÁ. Lei nº 1.914, de 03 de janeiro de 2019. Autoriza a concessão de auxílio transporte aos estudantes de curso superior e curso técnico aos estudantes e dá outras

providências. Pontal do Paraná, PR, 2019. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/noewt>>. Acesso em: maio de 2023.

PONTAL DO PARANÁ. Lei nº 2.409, de 17 de abril de 2023. Altera e inclui dispositivos na Lei nº 1.914/2019. Pontal do Paraná, PR, 2023. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/0hw6a>>. Acesso em: maio de 2023.

QUINTINO, Eliana Maria; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Evasão discente no ensino superior: um estudo na universidade do estado de mato grosso (Unemat) – campus Pontes e Lacerda. **Educação & Linguagem**, n. 3, p. 71-90, set-dez. 2020.

WANZINACK, Clovis; ARCHANJO, Daniela Resende. Perfil, perspectivas e desafios dos (as) egressos (as) dos cursos de gestão pública e administração pública da UFPR-Setor litoral. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 5, n. 2, p. 138-153, 2021.